

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 19 DE JANEIRO DE 2017:** *Aos dezanove dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. António Isidro Marques Figueiredo**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Dra. Maria Manuela Ferreira da Costa Pinho, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Helder Martinho Valente Simões, Dra. Ana Maria de Jesus Silva e Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira.*** =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Gisela Celeste de Pinho Rodrigues.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 09h e 40m.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Partilhar convosco algumas notas. Em primeiro lugar, e respondendo aos pedidos de informação que tinha em cima da mesa, entregava ao Eng.º Joaquim Jorge o relatório do processo do Cineteatro Caracas e ao Dr. Manuel Alberto o relatório relativo às Margens do Caima. Apresentava também ao executivo votos de pesar pelo recente falecimento dos Senhores Dr. Mário Soares, Dr. Daniel Serrão e Eng.º Guilherme Pinto. O Dr. Mário Soares, foi Presidente da República; Fundador do PS; teve um papel relevante enquanto estadista nas várias funções que desempenhou; pelo papel que teve na afirmação, e pela forma como lutou, de Portugal na Europa e no Mundo; pelo papel que teve na afirmação do nosso regime democrático no pós 25 de abril; e, também é por muitos considerado o Pai da Democracia, entre outros aspetos. É uma figura pública, que dispensa outras apresentações. O Dr. Daniel Serrão, foi um médico que se destacou na medicina, sobretudo pelos seus trabalhos nos campos da anatomia patológica e bioética, tendo sido especialista em matérias como a Ética da Vida. Colaborou em várias iniciativas levadas a efeito pelo nosso Município, foi também colaborador e professor na Escola Superior de Enfermagem de Oliveira de Azeméis. É uma figura que nos prestigiou pela sua presença e colaboração. O Eng.º Guilherme Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, era Presidente do Conselho Metropolitano da Área Metropolitana do Porto. Os votos de pesar apresentados foram aprovados por unanimidade. Por último, convidava todos a*

estarem presentes, no próximo sábado, pelas 15h, na inauguração do Complexo Desportivo Municipal da Vila de Cucujães. Seguidamente, o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto que disse: Senhor Presidente, agradeço a entrega deste relatório, mas não é muito esclarecedor relativamente àquilo que eu solicitei. Eu penso que talvez até tenha havido aí alguma confusão. Efetivamente o que temos aqui é um registo fotográfico com várias fotografias, com a data de 29.02.2016, há quase um ano, relatando um conjunto de aspetos de degradação nas Margens do Caima. O relatório está detalhado, está aqui o que é essencial, eu conheço esta realidade, há vários meses que ando a falar dela, mas não é isto que se pretendia. Não está aqui claro quais vão ser as intervenções em concreto, não estão especificadas as intervenções que vão ser executados e, portanto, gostaria de saber se há mais alguma informação sobre essa matéria. Estamos a falar da intervenção por parte de uma empresa, penso que já foi adjudicado ou pelo menos estaria em fase de adjudicação, e não há aqui nenhuma especificação relativamente àquilo que vai ser executado, pelo menos de forma clara. Se todos estes aspetos que estão aqui retratados fotograficamente forem os aspetos que vão ser intervencionados, parece-me a mim que em termos técnicos há aqui algumas indicações e especificações que deveriam estar mais claras, porque o empreiteiro vai ter que saber o que é que vai fazer. Penso que há necessidade, salvo melhor entendimento, de uma clarificação relativamente às intervenções que vão ser executadas, sob pena de nós estarmos a adjudicar um trabalho e o empreiteiro depois dizer que estão executados os benefícios ou as intervenções que foram solicitadas. Senhor Presidente, olhei agora para o relatório de uma forma muito rápida e posso estar aqui a cometer um erro, não gostaria de o cometer e até posso estar a ser injusto, mas acho que há necessidade de em termos técnicos haver uma especificação relativamente aos trabalhos que vão ser executados pelo empreiteiro. Não estou a dizer que sejam maus ou bons os trabalhos, estou a dizer que há essa necessidade, do meu ponto de vista, em termos técnicos, para que nós possamos depois mais tarde exigir ao empreiteiro e para que o empreiteiro saiba também o que vai executar. Só li agora de uma forma muito rápida o relatório e não posso fazer outro comentário para além deste. Um outro aspeto que gostaria de abordar, tem a ver com o email que eu enviei ao Senhor Presidente, há sensivelmente uma semana, sobre uma ocorrência de obras na Via Romana, pelo menos parte do troço da Via Romana, junto ao Cruzeiro. Já tinha falado nessa situação na última reunião e de facto entre esse momento e a reunião de hoje aconteceram algumas diligências em termos de obras. Seguiu depois, mais tarde, uma resposta, não para mim mas para a Sara Almeida, arqueóloga oliveirense que se tem manifestado também publicamente sobre esta situação, aliás eu soube isso precisamente por manifestações públicas da própria arqueóloga. Senhor Presidente, eu acho que nós aqui temos que ter alguma capacidade para perceber de que é que se trata este assunto. Do meu ponto de vista, este assunto é de uma extrema gravidade. Eu vou dizer porquê. Não é por ser uma matéria que tem sido falada, é porque nesta resposta, se bem entendo e segundo a Dra. Gracinda, há uma referência a que aquela obra era uma obra municipal. E, portanto, sendo uma obra municipal o arqueólogo tomou conhecimento que era uma obra municipal, o gabinete de arqueologia, e

estava a acompanhar a obra. Há aqui qualquer coisa de estranho, aquela obra é municipal, tendo nós adjudicada a rede de água e saneamento à Indaqua. Há qualquer coisa de estranho, então adjudicamos a rede de água e saneamento à Indaqua e temos o Município a fazer obras de águas pluviais? É uma interrogação que eu deixo e gostaria de ter o esclarecimento. O Senhor Presidente esclareceu que as obras de águas pluviais é da responsabilidade do município. O Vereador Dr. Manuel alberto continuou a sua intervenção: Então, a pergunta coloca-se de novo: diz neste email que havia risco de acumulação de águas pluviais naquela zona. Eu honestamente tenho que manifestar a minha ignorância sobre a forma como se escoam as águas pluviais. Aquele local é uma descida e esta resposta parece-me um bocado artificial, peço desculpa, mas para mim é um bocado artificial. Se a razão é a acumulação de águas pluviais, gostava de saber em que local elas se acumulavam, porque estamos a executar uma obra em que toda a via vai ser, ou está a ser, rasgada na parte central. Parece-me que as águas pluviais naquela zona poderiam perfeitamente ser escoadas pela superfície, aliás parece-me muito mais sensato naquele caso. Mas, por outro lado, ainda é mais surpreendente, e isso é que é mais surpreendente, temos o município a fazer uma obra de intervenção numa zona que está salvaguardada pelo PDM, são os serviços do município que estão a fazer essa obra, não comunicam com o serviço do município que acompanha as obras, é estranho, deixa-me ainda mais estupefacto. Nós não podemos funcionar assim, eu acho que isto aqui é andar à deriva, completamente, já sabíamos que andávamos à deriva em alguns aspetos e já referi alguns casos. É a minha opinião, é aquilo que eu penso. Andamos à deriva, porque tinha havido várias intervenções sobre aquele local, que está salvaguardado em termos de PDM para ser acompanhado, temos serviços municipais a fazer a intervenção sem qualquer acompanhamento e só depois de haver chamadas de atenção sucessivas é que há uma intervenção do departamento de arqueologia, portanto, alguma coisa está mal e se não anda à deriva parece que anda à deriva e tem que corrigir. Senhor Presidente, gostaria de saber exatamente quais foram os trâmites, dentro do município, para que este processo não tenha sido devidamente acompanhado como deveria ser acompanhado, o que é que justifica em termos técnicos a execução de uma obra daquele tipo naquela via, para perceber por que é que nós temos uma situação destas, totalmente escusada. Desculpe este excesso, mas não poderia deixar passar porque já fiz várias intervenções sobre esta matéria e parece-me que as coisas nem sequer foram avaliadas de forma a percebermos que não podemos ter documentos do PDM que salvagam zonas, exigir aos privados algumas condutas no sentido de respeitarem o PDM e o município pura e simplesmente tem esta conduta pública e só parou as obras depois destas serem denunciadas. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que disse: De forma muito sucinta, salientar o encontro anual dos atletas de natação na Piscina Municipal, que decorreu no passado dia 14/01. Como sabem é uma forma de barómetro da nossa performance em termos de formação na modalidade, tivemos cerca de 250 atletas numa área muito específica, para contagem de tempos. Estamos a iniciar o circuito intermunicipal de escolas de natação e Oliveira de Azeméis, como sabem, foi o

município promotor do evento. Nesse mesmo dia, tivemos cá mais uma edição do Campeonato Nacional de Futsal Adaptado. São jovens com algumas limitações, mas que ao nível do desporto são um exemplo para a sociedade desportiva e que mostram ali o que é o sacrifício e o espírito desportivo de equipa que deve existir. Depois de muita insistência conseguimos unir os municípios do Entre o Douro e Vouga num projeto comum de valorização, promoção do nosso território, dos nossos sinais distintivos enquanto região, procurando unir aquilo que de facto nos caracteriza enquanto área importante de promoção a sul da Área Metropolitana do Porto. Os seis municípios têm trabalhado, conjuntamente e sempre com a chancela do Turismo do Porto e Norte de Portugal para encontrarmos um ponto em comum de promoção. Não vamos deixar de ter a nossa individualidade, a nossa participação será sempre em nome do Município de Oliveira de Azeméis, mas penso que juntos seremos mais fortes, poupamos recursos e poupamos meios. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Senhor Presidente, eu li com atenção algumas das entrevistas que o Senhor deu na sua nova qualidade de Presidente, aos jornais nacionais e locais. Da entrevista ao jornal nacional, não retiro nada, exceto que pelos vistos o Senhor vai manter o gabinete de imagem, que continua a trabalhar com bastante sentido de oportunidade. Não há uma mensagem política naquela imagem, há uma imagem sua que é importante passar. Relativamente à entrevista nos jornais locais, há dois ou três comentários que eu gostava de fazer e que têm a ver com a dinâmica do município e com a forma como se gerem as coisas. O Senhor diz que pretende trabalhar de forma estreita com as Juntas de Freguesia, nomeadamente até num problema que é a repavimentação das ruas do concelho. Senhor Presidente, eu espero que o modus operandi das adjudicações destas repavimentações se alterem um bocado. O que se tem verificado é que as adjudicações são feitas de forma genérica, há um conjunto de arruamentos, não conseguimos perceber nos avisos que arruamentos, quantos metros, qual a dimensão do alcatrão. O que se verifica, nomeadamente, em Cucujães, não tive oportunidade de dar uma vista de olhos por todo o concelho, mas chega-me passar em Cucujães e estou a falar da Rua CNE que sofreu uma forte intervenção, com pinturas e quem vê ao longe efetivamente há uma melhoria considerável, mas a verdade é que estamos a um mês dessa intervenção e já existem buracos na rua e ainda não começou a chover, porque quando chover não será difícil perceber o que é que vai acontecer àquela rua e espero que aquilo não se estenda por outras ruas. Por isso, Senhor Presidente, precisamos de ser mais exigentes nos cadernos de encargos, respeitar mais o nosso dinheiro, não faz sentido nenhum termos uma requalificação e de seguida a rua estar já a abrir, exige-se fiscalização, exige-se alguma orientação nas formas como estamos a adjudicar estas obras e espero que seja com respeito ao nosso dinheiro que muito nos custa a pagar. Espero que também o modo de operar, de estar e de afirmar deste município relativamente às intervenções nos quartéis da GNR também se clarifique e não andemos cá a fazer uma discussão de querer demonstrar que estamos a favor das obras, mas sem uma atitude clara de apoio às intervenções em concreto, que são diferentes e distintas. Esta luta é uma luta nossa, a intervenção nos dois quartéis é uma reivindicação que penso que nos une a todos, nunca iremos parar de reivindicar

a intervenção nos dois quartéis. Não houve nenhum Governo, até hoje, que se tivesse disponibilizado para o fazer. Se por acaso, por qualquer motivo, houver uma prioridade na intervenção e comece ela por Cesar ou comece ela por Cucujães, eu espero que a autarquia não tenha problema nenhum em se colocar ao lado dessa intervenção mesmo não sendo em simultâneo. Anteriormente dizia-se que se estava à espera dos pareceres técnicos, mas a autarquia se entender que quer uma obra, quer outra são importantes tem é que se disponibilizar para estar ao lado e logo na linha da frente com qualquer um dos Presidentes. Senhor Presidente, espero que marque agora a diferença relativamente ao anterior Presidente. Uma última questão, tem a ver com a cobrança das multas de estacionamento. Eu já fiz muitas intervenções nestas reuniões sobre isto, eu disse várias vezes que a Câmara Municipal não está a cumprir a Lei. A Câmara Municipal já foi advertida nomeadamente pelo Provedor de Justiça de que não a está a cumprir, os tribunais estão constantemente a dizer que a Câmara Municipal não cumpre e mesmo assim mantém uma posição de desrespeito e de incumprimento. A Câmara deve alterar a sua postura para cumprir a Lei. Todos os deputados da Assembleia Municipal receberam recentemente uma interpelação, mais uma vez, do Senhor Provedor a pedir uma intervenção direta da Assembleia Municipal, no sentido de sensibilizar a Câmara para o cumprimento da Lei. Eu espero que não seja necessário chegarmos à própria Assembleia e ser tema de conversa. Espero que a Câmara cumpra, porque é sua obrigação cumprir e por isso é que tem que exigir dos munícipes o cumprimento das regras também. Eu percebo a perda de alguma receita para a Câmara, o trabalho é da Câmara e a receita tem que ser dividida, eu percebo que isso seja um desincentivo, mas é para cumprir seja a Lei justa ou injusta, tem de ser cumprida. Espero que a Câmara de uma vez por todas cumpra a Lei e não obrigue os cidadãos a andar constantemente a recorrer ao tribunal e a recorrer ao Senhor Provedor invocando a ilegalidade da atuação da Câmara. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Ricardo Tavares que fez a seguinte intervenção: Começava por informar e destacar a visita, na semana passada, de um conjunto de autarcas e diretores de empresas municipais da região do Algarve, do Sotavento. Vieram visitar as nossas ações no âmbito da mobilidade, designadamente as nossas intervenções, as nossas ciclovias e o nosso sistema de bikesharing. Estas nossas obras têm merecido algum destaque, mereceu a atenção da Revista Smart Cities que dedicou uma página da revista a divulgar a nossa experiência e foi através dela que chegou ao conhecimento e mereceu a atenção destas autarquias. Este encontro também teve a presença de uma delegação de empresários chineses, do Presidente da Câmara Municipal de Loulé Dr. Vítor Aleixo, representantes da Orbita, cuja presença visou destacar os dois municípios pioneiros no sistema de bikesharing no nosso país. Fomos o município pioneiro com bicicletas Orbita e que agora se alargou ao município de Lisboa. É sinal que estamos no bom caminho nesta nossa estratégia de mobilidade e vamos continuar com esta estratégia. Aproveitava para responder a duas questões que foram levantadas. Uma, relativamente à situação das obras municipais e dizer que as intervenções nas redes de águas pluviais são da exclusiva competência da Câmara e não da Indaqua, apesar dos emails sucessivos que sugeriam

que a intervenção estava a ser efetuada pela Indaqua. Esta era uma obra necessária, que nós entendemos como necessária, que nós projetamos, planeamos e começamos a sua realização. Só suspendemos esta obra porque tivemos conhecimento através desses emails que também foi comunicada essa intervenção à Direção Regional da Cultura do Norte e, portanto, como não temos nada a esconder suspendemos para que a Direção Regional da Cultura do Norte, se quiser, venha ver se há algum incumprimento, alguma ofensa ou danos arqueológicos, que se suspeita nessa denúncia que terá ocorrido. Estamos com a consciência tranquila, a obra foi planeada e programada. A obra não vai estar suspensa permanentemente, estamos a aguardar que a Direção Regional da Cultura do Norte venha visitar a obra. Estava à espera que o Senhor Vereador, nos seus dez minutos de intervenção, tivesse conhecimento de algum dano arqueológico que tivesse ocorrido, mas pelos vistos nem a arqueóloga Sara Silva, nem o Senhor Vereador informaram. Quero reforçar que estas preocupações pela arqueologia, pela história e antiguidade do concelho de Oliveira de Azeméis não são monopólio do Partido Socialista, porque se nós o contemplamos no PDM é porque queremos salvaguardá-lo, os Planos Diretores Municipais vinculam as entidades privadas e as entidades públicas. Dizer que foi tudo devidamente programado e a deriva só existe efetivamente na cabeça do Senhor Vereador, porque não existe no planeamento e na programação do Executivo. Está tudo devidamente acautelado, salvaguardado, está respeitado, não há demonstração de qualquer dano que tenha ocorrido pela intervenção municipal. Há preocupações aqui que têm que ser acauteladas: por um lado, a segurança de pessoas e bens e, por outro lado, os danos arqueológicos. Tivemos esse equilíbrio e vamos continuar a seguir a nossa intervenção com esse equilíbrio. Relativamente à preocupação manifestada pela Senhora Vereadora Dra. Ana de Jesus, dizer que esta questão da cobrança das multas de estacionamento é uma questão antiga, que já teve intervenção e decisão jurisdicional, já teve muitas recomendações do Senhor Provedor de Justiça, já teve tantas respostas do Município às recomendações por parte do Senhor Provedor da Justiça. A Câmara Municipal entende que está a atuar dentro da legalidade, já manifestou essa sua intenção junto do Provedor, o Ministério Público já interveio intentado uma ação a pedir a nulidade do Regulamento Municipal de Estacionamento à Superfície, já foi julgado pelo Tribunal Administrativa e Fiscal de Aveiro que entendeu que não havia qualquer nulidade e, portanto, a Câmara está a atuar dentro da legalidade. Se o Ministério Público ou outra entidade entender que nós não estamos a atuar dentro da legalidade terá que apresentar a respetiva ação judicial e a Câmara terá que reagir a isso. Há anos que isto está a ser discutido e para além dessa participação do Ministério Público não houve mais nenhuma ação judicial. Curiosamente, o tipo de sanção que a Câmara Municipal aplica para a multa de estacionamento ainda é muito inferior à sanção que resulta do código da estrada para situações semelhantes de infração. A sanção do Regulamento Municipal que é de € 15 (quinze euros) e ainda permite que as pessoas ao fim de 48 horas, agora 5 dias com o novo regulamento possam com um valor muito reduzido cumprir com essa situação de infração. É muito mais benéfica para os munícipes de Oliveira de Azeméis do que para outros munícipes que infelizmente não têm oportunidade de ter esta norma

contemplada. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Começaria por dizer que somos inovadores e pioneiros. No bikesharing somos pioneiros em 2016, mas poderíamos ter sido pioneiros em 2009 quando o Partido Socialista apresentou a proposta para criarmos bikesharing em Oliveira de Azeméis e os Senhores votaram contra, isso sim seria ser pioneiro. Portanto, nós gostaríamos de perceber o que é que é ser inovador e pioneiro. Nós seríamos inovadores e pioneiros em 2013, quando o Partido Socialista propôs que geríssemos o estacionamento de superfície, onde tivemos o Vereador responsável a dizer que isso era um absurdo, que não fazia sentido nenhum, que a Câmara não tinha vocação, que não tinha capacidade para gerir o estacionamento de superfície. Atitude que manteve até dois ou três meses antes de acabar a concessão do estacionamento de superfície e mudou de um dia para o outro, achando que tínhamos todas as condições para sermos nós a gerir o estacionamento de superfície e hoje chega mesmo a dizer que é a melhor coisa do mundo. Esqueçamos o nosso pioneirismo e a nossa capacidade inovadora, ela reflete-se em muitos outros aspetos, e fica absolutamente definido aquilo que um responsável político pensa sobre políticas de mobilidade e de acessibilidade no concelho quando diz que nós estamos na linha da frente nas estratégias de mobilidade e de acessibilidade, citando o exemplo do bikesharing, que como sabemos foi replicado em dezenas de municípios por este país e resulta fundamentalmente da abertura de avisos comunitários para estes projetos de mobilidade. Quando no futuro falarmos sobre estratégias de mobilidade e de acessibilidade no nosso concelho eu acho que faz todo o sentido introduzirmos esse tema, acho que faz todo o sentido o executivo camarário fazer uma reflexão profunda sobre políticas de mobilidade e acessibilidades para termos um plano estratégico de implementação dessas medidas que é absolutamente fundamental para tornarmos o nosso concelho competitivo. Eu começaria, Senhor Presidente, por me associar aos votos de pesar que apresentou e vai-me permitir que destaque o voto de pesar pelo falecimento do Dr. Mário Soares, ex-deputado, ex-eurodeputado, ex-Presidente da República, ex-Ministro, ex-Primeiro Ministro, um lutador incansável pela liberdade e pela igualdade de direitos, um grande humanista, um homem de causas, um europeísta convicto. É uma das grandes referências de Portugal e é sem dúvida, na minha opinião, o político português mais prestigiado internacionalmente e também convenhamos foi um político, que à semelhança de outros, esteve à frente do país em circunstâncias particularmente difíceis e, portanto, também aqui lhe devemos essa homenagem de essas dificuldades terem sido ultrapassadas com muito sucesso. A ele, digamos ao nosso percurso político, fica umbilicalmente ligada a nossa adesão à Comunidade Económica Europeia e naturalmente todo o desenvolvimento económico e social que esse importantíssimo visionário passo nos permitiu, mas também devemos a ele a universalização da nossa educação e da nossa saúde, com a organização com que atualmente a temos, ou seja, com uma perspetiva forte de um serviço público tendencialmente gratuito. É uma figura cuja singularidade e excecionalidade vamos ter muita dificuldade de ter nos próximos anos e, portanto, é uma perda que nos deixa muita tristeza. Uma outra nota, Senhor presidente, eu não comento entrevistas do Senhor

Presidente de Câmara, mas naturalmente em tudo aquilo que foi dito, há uma coisa que me deixa profundamente preocupado. E isto tem a ver com quatro premissas que eu lhe apresentei que seriam fundamentais para que aquilo que é o apoio e a colaboração institucional do Partido Socialista, enquanto Partido da oposição, fosse inequívoca e uma dessas questões tem a ver com falar verdade. Na entrevista que fez, naturalmente que não gostei de ver as observações que foram feitas em relação à concessão da rede de água e saneamento, nomeadamente quando se diz que este tipo de infraestruturas obrigam a grandes investimentos, é verdade, e por obrigar a grandes investimentos aquilo que fizemos foi entregar, foi concessionar. Eu só vou achar que não se está a mentir aos Oliveirenses quando se disser que a concessão da rede de água e saneamento entregue à Indaqua não prevê a expansão das taxas de cobertura das redes existentes. Quando eu ouvir o Senhor Presidente a dizer isto o Senhor Presidente está a falar a verdade aos Oliveirenses, porque isto é que é a verdade. Aquilo que nós podemos esperar da rede de água e saneamento é a manutenção das atuais taxas de cobertura, a concessão visa a gestão da rede existente e não a expansão da rede. A expansão da rede só será possível se forem abertos avisos comunitários que permitam essa expansão. Isto é que é falar verdade aos oliveirenses e era isto que eu gostaria de ver proferido numa primeira entrevista, porque essa seria uma mensagem fundamental daquilo que é uma mudança de atitude e comportamento perante os oliveirenses. Uma outra nota, tem a ver com a entrega do relatório sobre a questão do Cineteatro Caracas. Senhor Presidente, percebemos que o processo nos foi quartado, não estava em segredo de justiça, mas sobretudo porque revela uma grande anarquia, uma grande falta de rigor e uma grande irresponsabilidade na gestão da coisa pública. Eu não estou a dizer que nós devemos ter uma câmara de vigilância em cima de cada colaborador, mas naturalmente temos que criar mecanismos, condições para que existam mecanismos de regulação, de monitorização, fiscalização e controle da atividade da autarquia. E este é um caso onde claramente percebemos que nada disto acontece. E estamos a falar, eu não quero estar aqui com grandes detalhes, porque acho que devemos fazê-lo noutras circunstâncias, mas quero deixar uma visão, embora muito rápida, sobre o que é que estamos a falar. Estamos a falar de receitas de espetáculos que eram guardadas em saquinhos e frasquinhos, estou a usar os termos que são utilizados no relatório, e escondidos em vários pontos do edifício. Porquê? Porque não existe um cofre, a autarquia nunca conseguiu assegurar, apesar dos vários pedidos feitos pelos funcionários, um cofre para depositar o dinheiro. Não existia nenhum mecanismo que permitisse confrontar a receita obtida com os bilhetes vendidos e sobrantes. O incumprimento total do que estava definido em termos do prazo de entrega para as receitas das bilheteiras que era no dia útil seguinte, nós temos atrasos que chegam às centenas de dias. Nós temos incongruência de valores em vários espetáculos, a diferença entre o valor da receita e o valor entregue acontece em inúmeros espetáculos. Temos uma completa indefinição e um incumprimento, esse é que é completo, de quem é o responsável pela execução das tarefas. Temos a observação de que dinheiro dos espetáculos, sobretudo em espetáculos de grandes receitas, eram depositados aos bocadinhos e com grande espaçamento de tempo entre os respetivos depósitos. Temos ainda,

para complementar isto, embora já tenha sido resolvido, telefonemas impedidos para o estrangeiro. Ou seja, nós temos aqui um exemplo, e temos tido outros infelizmente, de uma ausência completa de mecanismos de gestão que permitam regular aquilo que é o erário público, os recursos do erário público. É importante percebermos que a ocultação deliberada desta informação, mais não visava do que esconder esta triste realidade que a seu tempo, digamos, comentaremos e teremos oportunidade de discutir. Não estou aqui a colocar em dúvida se entretanto já foram criados um conjunto de mecanismos que permitam que estas coisas possam ser evitadas, aquilo que eu estou aqui a dizer é que esses mecanismos já deviam existir. Nós estamos a falar de pessoas, estamos a falar de dinheiro e quando não queremos que os problemas aconteçam, tomamos as devidas precauções. Era isso que devíamos ter feito, a autarquia deve ter mecanismos eficientes que permitam o controlo dos fluxos do dinheiro, a devida monitorização desses fluxos de forma a evitarmos estes problemas, que debilitam gravemente a imagem dos funcionários e a imagem da própria autarquia. Algumas questões, Senhor Presidente. Eu pedia aos serviços da Câmara que verificassem o muro que está a ser construído na Rua Souto Velho, no Alto do Monte, em Macinhata da Seixa. É um muro que está a ser construído num terreno desnivelado, que terá cerca de três metros de altura e que tapa a visibilidade de uma casa, o muro foi construído 1,60m acima da cota do terreno dessa casa. O proprietário dessa casa, naturalmente, que não está satisfeito por ver aparecer aquele muro junto à sua casa e, portanto, perceber se o muro está devidamente legalizado e se é possível ser construído daquela forma. Senhor Presidente, chamar mais uma vez a atenção para o muro de suporte de terras que foi construído na Rua da Espinheira, em S. Martinho da Gândara, porque vindo as chuvas vai causar problemas sérios aos proprietários dos terrenos, portanto, resolver definitivamente aquele problema. Chamar também a atenção para outras questões que já foram aqui amplamente referidas: muro que a Câmara demoliu em Cucujães, estão as guardas caídas, a terra começa a vir para estrada e temos de resolver aquele problema rapidamente, perto da Gandarinha; muro junto do Clube de Ténis de Azeméis, que está a cair para a via pública, estamos a falar de uma zona desportiva e escolar, é um muro perigoso. Outra questão muito simples, a Rua do Gabinete de Radiologia de Azeméis é de sentido único, mas quem não conhece vai na via, estaciona, acede aos serviços dos equipamentos que lá estão e depois inverte a marcha e volta para rás, porque não tem a indicação de que é uma via de sentido único. Esta situação acontece com frequência. Não sei se já foram limpas as folhas dos focos da Praça da Cidade, caso não tenha sido feito é uma questão fácil de resolver. Não faz sentido ter lá os focos, que não fazem luz nenhuma. Também tinha falado aqui numa situação se fazia sentido colocar uma linha amarela na Rua dos Bombeiros Voluntários, na zona da Tapiol, porque estacionam os carros na descida e é perigosíssimo. Fez-se uma intervenção muito bonita em frente à Capela do Mártir S. Sebastião, ficou muito interessante aquele espaço, foi requalificado, está muito melhor e gostaria que também pensassem, estou a falar na rua que serve a minha casa, se não faria sentido ser uma rua de sentido único. Também pegando um pouco na intervenção da Ana de Jesus sobre a rede viária, Senhor Presidente, quando

delegamos competências nas Juntas de Freguesias as Juntas de Freguesias têm provado que fazem melhor e mais barato aquilo que nós pretendemos delegar. E esta questão que eu lhe falei da entrega às Juntas de Freguesias da verba que pagamos ao administrador ou aplicador das massas betuminosas ou das massas asfálticas acho que é uma questão muito importante, para além de assegurar a garantia da obra, o que para mim também é muito importante. Gostaria de saber se esta medida de confiança nas nossas Juntas de Freguesia e ao mesmo tempo uma medida reveladora de alguma preocupação com a boa gestão, se já foi analisada e se já foi confirmado que neste momento estamos a pagar muito mais do que aquilo que pagaríamos se entregássemos esse valor às Juntas de Freguesia, ou seja, neste momento aquilo que o somatório da verba que a Junta de Freguesia gasta com a compra da matéria-prima, mais a verba que a Câmara gasta para pagar ao aplicador, ao instalador, é muito superior àquilo que a Junta de Freguesia gastaria se fosse a própria Junta de Freguesia a fazer a adjudicação do serviço. Essa é uma matéria que me preocupa porque estamos a falar de imenso dinheiro. Senhor Vereador Ricardo Tavares, eu julgo que o Senhor Vereador é inovador e pioneiro em todo no país. Não é responsável o Senhor perguntar a um Vereador, a um colega de Executivo, se ele sabe se foram encontrados vestígios arqueológicos no local. O Senhor sabe, se não foram? O Senhor tem conhecimentos para dizer que não foram? O Senhor tem conhecimentos para dizer que em resultado da intervenção da Câmara Municipal no espaço não foram causados danos irreversíveis? O Senhor tem conhecimentos para dizer isso? Não tem, da mesma forma que não tinha no Crasto em Ossela, onde nós com um pequeno movimento de terras mexemos em milhares de fragmentos. Tratar estes assuntos, com esse nível de irresponsabilidade é mesmo para rir, são assuntos muito sérios. Não é esta atitude que se deve ter perante colegas do Executivo. O Senhor não tem conhecimentos para assegurar que aquilo que a Câmara fez não é grave. A Câmara tem um arqueólogo municipal, que deve envolver nestes processos e não o fez e também não admitimos, Senhor Presidente, essa observação de que a obra é uma obra da Câmara Municipal. Eu perguntei aqui duas vezes, fiz duas intervenções e nenhum dos Senhores me conseguiu dizer que a obra era da Câmara Municipal. Perguntamos aqui duas vezes, a Senhora Vereadora está aqui e sabe que é verdade, se a obra estava a ser acompanhada pelo arqueólogo municipal e se nós tínhamos pedido um parecer, mesmo não sendo vinculativo, à Direção Regional de Cultura do Norte sobre aquela intervenção. Nunca nos disseram que a obra era uma obra da responsabilidade da Câmara, aliás nós pensávamos que a obra era da responsabilidade da Indaqua e inclusive chegamos a falar do loteamento que lá estava a ser construído, pensando nós que se tratavam de ramais para esse loteamento. Foi isso que foi dito e não foi outra coisa diferente desta. Senhor Presidente, nós achamos que esta é uma questão de responsabilidade, o Senhor Vereador parece-me que estará sempre de consciência tranquila independentemente dos atentados que nós façamos ao nosso património arquitetónico, arqueológico, ambiental, etc. A nós o que nos preocupa é que nada foi devidamente programado. Se há dúvidas sobre isto, nós resolvemos rapidamente este problema, Senhor Presidente, chamamos cá o arqueólogo municipal e

perguntamos-lhe, olhos nos olhos, se ele foi envolvido desde o princípio na intervenção ou se foi informado da intervenção que a autarquia pretendia fazer naquele espaço. E se o arqueólogo chegar aqui e disser que teve conhecimento prévio da intervenção nós damos o braço a torcer. O problema é que nós percebemos pela envolvente que ele nem sequer fazia ideia da intervenção, nem sequer foi informado da intervenção, nem sequer acompanhou a intervenção, não houve o acompanhamento do arqueólogo municipal que é exigível neste tipo de circunstâncias. Senhor Vereador, nós quando temos um PDM definimos uma carta de condicionantes. Ali é uma zona de intervenção sensível que deve ser acompanhada por especialistas. Portanto, aquilo que nós devemos fazer é sermos os primeiros responsáveis pela preservação do nosso património. Senhor Presidente, nós no Quadro de Referência Estratégico Nacional, Portugal 2020, temos uma aposta em três eixos: crescimento inteligente, crescimento sustentável e o crescimento inclusivo. Uma das medidas que foram utilizadas, pelo Governo do Partido Socialista, para acelerar a utilização dos fundos comunitários, foi beneficiar os promotores dos investimentos, as autarquias, com 10% adicional, com uma valorização de 10% adicionais ao total de fundos ao dispor. Para isso era preciso executarmos investimentos em 2016, que soubemos agora, muito recentemente, pela comunicação social de que esse prazo foi alargado para 15 de fevereiro de 2017. Nós também soubemos de uma outra novidade, que foi um mecanismo que foi criado, que o Governo entendeu designar por acelerador de investimento municipal para os municípios que executassem pelo menos 15% de um dos projetos dos planos estratégicos de desenvolvimento urbano ou dos planos estratégicos de reabilitação urbana. Isto quer dizer basicamente o seguinte: se nós executássemos 15% do Cineteatro Caracas, ou seja, € 600.000 nós teríamos o projeto valorizado em mais € 400.000. O que eu gostaria de perceber, já que nós demagogicamente vamos sempre dizendo que não perdemos um cêntimo dos fundos comunitários e repetimos isto nos mais variados fóruns, se nós na prática conseguimos ir buscar algum 10% desta valorização no nosso PEDU ou no nosso PERU. Perguntaria também que candidaturas a fundos comunitários temos neste momento em curso, para não perdermos mais verbas. Quais os montantes candidatados? Gostaria também, porque isso nunca foi discutido em sede do Executivo Camarário, quais são as prioridades em termos de investimento público, ou seja, o que é que nós vamos requalificar em primeiro lugar, que edificado público, que zonas verdes vamos criar, que as acessibilidades e políticas de mobilidade vamos implementar. Nós neste momento temos um profundo desconhecimento, nunca foi debatido em sede de Executivo sobre aquilo que são investimentos prioritários para o executivo camarário. Senhor Presidente, dizer-lhe que dessa discussão aqui no seio do executivo resultará seguramente uma identificação que em nossa opinião será prioritário em termos de investimento. Chamar também a atenção para o Aviso 557^a, que é um aviso que embora a autarquia tenha feito outsourcing desses serviços, eu julgo que é uma oportunidade para a autarquia requalificar o seu parque automóvel. É uma participação, é um fundo, um aviso de dez milhões de euros que apoiam candidaturas até € 750.000 no máximo e que visa substituir veículos de serviços urbanos ambientais por elétricos com taxas de participação a fundo perdido de 50% para varredoras

e lavadoras e 25% para outro tipo de equipamentos de apoios a jardins, etc.. Esta seria uma oportunidade para Câmara se munir de alguns meios para ter capacidade própria para fazer de intervenções que achassem que faziam algum sentido, mas por outro lado para ter alguma resposta caso seja necessário junto das Juntas de Freguesia. Senhor Presidente, qual o ponto de situação sobre o antigo Centro de Saúde. São quase dois mandatos sem atar nem desatar e isto revela uma incapacidade total para encontrar uma solução para este problema. Eu gostaria, Senhor Presidente, que nós rapidamente tomássemos conta daquele espaço, porque com isso poupávamos em rendas, dinamizávamos o nosso tecido urbano e, naturalmente, também estaríamos a criar dinâmicas sociais importantes naquela zona, que é uma zona importante da cidade. Senhor Presidente, eu tinha uma sugestão para lhe fazer, porque é que nós não convidamos o responsável pela saúde no nosso concelho, Dr. Miguel Portela, para nós explicar o que se passa em relação a esta matéria. Só para terminar, foi feita uma observação em relação aos quartéis da GNR de Cucujães e de Cesar. Durante quatro anos pouco se fez para se resolver aquele problema. Nós tivemos o chumbo do terreno indicado pela Câmara para o novo quartel de Cucujães por parte da Direção Regional das Infraestruturas solicitando alternativas de acessibilidade e nunca houve resposta desse estudo. O que é que acontece? Os Deputados do Partido Socialista, em coerência com aquilo que haviam feito no mandato anterior onde questionaram o Governo sobre as suas intenções em relação a estes dois quartéis, voltaram a fazê-lo este ano. Entretanto, é verdade que a Deputada Helga Correia também tomou uma iniciativa semelhante e que teve basicamente o objetivo de reforçar aquilo que já tinha sido feito. Aquilo que a Ana de Jesus disse é muito importante e é bom que nós Executivo nos entendamos em relação a isto. São duas coisas completamente distintas. Uma coisa é uma solução que poderá passar pela ocupação de um edifício cedido pela Junta de Freguesia, que nunca teve o apoio muito explícito por parte da autarquia a essa vontade da Junta de Freguesia e a outra solução é uma solução bem mais complexa, porque nós sabemos como é que neste momento estamos em termos de investimento público, as limitações que existem para a construção de novos edifícios, de novos espaços, sejam de que natureza for. Nós estamos a falar de duas coisas completamente diferente e não podemos achar que as duas coisas têm de funcionar em simultâneo. Não. Nós queremos ver as duas situações resolvidas e os dois problemas resolvidos serão resolvidos naturalmente em timings diferentes e não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Porquê? Porque é muito mais fácil conseguir viabilizar a requalificação do antigo edifício das finanças em Cucujães e o realojamento dos militares da GNR nesse novo espaço, do que construir, agora com o orçamento de 2017 e onde não está previsto o quartel da GNR em Cesar, um novo edifício. Portanto, a autarquia não se deve nunca colocar ao lado daqueles que acham que as duas coisas têm de ser feitas ao mesmo tempo. Nós queremos os dois problemas resolvidos, se já tivermos o problema de Cucujães resolvido, vamos lutar para resolver o problema de Cesar. Nós lutaremos contra este Governo ou contra qualquer outro Governo para que os interesses de Oliveira de Azeméis sejam defendidos. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Prof.^a Manuela Pinho que fez a

seguinte intervenção: Prestar um esclarecimento ao colega Manuel Alberto sobre a questão das vespas asiáticas. Nós fizemos um protocolo com os Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, para erradicar as vespas asiáticas. Os Bombeiros já têm feito algum trabalho e agora vamos criar uma comissão, constituída por um apicultor e os Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis. Os Bombeiros precisam de algum material específico, o Senhor Presidente ficou sensível e vamos proceder à compra desse material para se erradicar efetivamente as vespas asiáticas. Já têm feito isso, já procederam ao abate de mais de 50 ninhos asiáticos. É uma tarefa difícil, tem que ser feito de noite e há sítios muitos difíceis, para além de que têm procurado não abater as árvores. Têm tido a colaboração de alguns proprietários, que têm sido acessíveis à entrada nos seus terrenos, embora haja um ou outro proprietário que não autoriza. Vamos ter uma reunião amanhã com os Bombeiros Voluntários de Fajões, para também estabelecermos algumas parcerias e regras para o abate. Também informar que estamos a trabalhar no projeto “Futuro - 100 mil Árvores”, que diz respeito à Área Metropolitana do Porto. Nós estamos com o projeto 5 mil árvores autóctones nas Minas do Pintor, em Nogueira do Cravo, ontem estive duas turmas da Escola Soares de Basto a fazer a plantação de medronheiros; na sexta-feira teremos turmas da Escola Dr. Ferreira da Silva a fazer a plantação de salgueiros; e, no sábado, a atividade é aberta a toda a comunidade oliveirense. Este projeto parece-me muito interessante, houve muita aderência por parte dos alunos e foram estas as únicas duas escolas que mostraram interesse por este projeto. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto para defesa da honra: Vou expressar-me e avaliarão a minha razão ou não. Eu de facto fiz a referência a uma expressão de que os serviços estariam à deriva e depois corrigi e disse que provavelmente estariam à deriva, mas a expressão que o Senhor Vereador Ricardo Tavares utilizou “a deriva só existe na cabeça do Senhor Vereador”. É evidente que me sinto ofendido com esta expressão e ofendido porque é uma expressão de uma irresponsabilidade grande, porque o meu passado neste executivo tem demonstrado uma coisa: eu tenho um rumo na minha cabeça. E o rumo qual é? É que eu não minto de forma fácil, de facto não, embora nós também devamos ser mentirosos, porque ser verdadeiro para mentirosos de facto não é muito fácil, porque damos bons argumentos para quem mente mentir muito mais. E, portanto, senti-me ofendido com esta expressão e quero salientar que gostaria que o Senhor Presidente na próxima reunião trouxesse exatamente aquilo que eu solicitei: as diligências internas relativas ao planeamento da obra, aliás já solicitado pelo Vereador Joaquim Jorge, que foi ou está a ser executada na zona do Cruzeiro e os procedimentos que levaram a que o arqueólogo não estivesse envolvido neste processo, ou seja, porque é que é que o arqueólogo só tomou conhecimento disso depois de a obra estar executada. Eu não sou especialista em arqueologia, mas o PDM é muito claro sobre este tipo de intervenções se quem anda à deriva nesta matéria em concreto pelos vistos não sou eu, será alguém mas não sou eu. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Ricardo Tavares para responder ao Vereador Dr. Manuel Alberto: Senhor Presidente, quando digo que “a deriva só existe na cabeça do Senhor Vereador” não é dizer que a cabeça do Senhor Vereador anda à deriva, quis dizer é que a

deriva da Câmara Municipal ou do Executivo parece que só existe na cabeça do Senhor Vereador. O Senhor Presidente Dr. Isidro Figueiredo prestou os seguintes esclarecimentos: Os trabalhos da obra em questão estão suspensos e o arqueólogo está a fazer o trabalho que tem que ser feito, os trabalhos estão a ser coordenados pelo arqueólogo. Relativamente à intervenção do Vereador Manuel Alberto e da questão do relatório que eu entreguei, era o que eu tinha à disposição relativamente à observação dos trabalhos necessários. É evidente que o passo seguinte terá que ser equacionado, ver as questões verdadeiramente urgentes, necessárias, de modo a dignificar aquele espaço que carece de uma intervenção profunda de modo a que consigamos corrigir aquilo que lá está. Ainda não foi adjudicado, houve uma consulta daqueles que serão os valores a envolver. É resultado das intempéries, que danificou completamente alguns dos caminhos e as proteções. Relativamente à intervenção do Vereador Pedro Marques, realçar a questão do empenhamento que o município tem na realização destes eventos desportivos e sobretudo na nossa disponibilidade para acolher determinados eventos que envolvem as pessoas com limitações e que de facto se transformou numa jornada muito interessante. Relativamente à intervenção da Dra. Ana de Jesus, que também é comum com aquilo que disse o Vereador Joaquim Jorge, o trabalho que está previsto em termos da colaboração da Câmara Municipal com as Juntas de Freguesia, já tive uma reunião com todos os Presidentes de Junta para apresentar a equipa e depois para definir alguma estratégia neste curto espaço de tempo que temos até ao final do mandato, para estabelecermos algumas obras que são prioritárias. Eu percebo que se calhar seria mais fácil atribuir a verba e as Juntas de Freguesia desenrascarem-se, mas temos algumas questões que têm que ser vistas do ponto de vista legal, o que podemos fazer para justificar que a Junta de Freguesia tenha uma melhor e mais capacidade para fazer os serviços que competem à Câmara Municipal. A responsabilidade de requalificação das vias é da Câmara Municipal, mas temos sinergias, vontade e interesse por parte das Juntas de Freguesias de se assumirem, naquilo que é o registo de proximidade, e o quererem fazer e nós devemos potenciar isso sem ter nenhum tipo de constrangimento em fazê-lo. Este trabalho não deve ser de subalternidade, mas de complementaridade no sentido de encontrar as melhores soluções para aqueles que são os problemas locais. Foram referidas aqui duas situações que devem merecer a nossa união de esforços e não a nossa desagregação de esforços. O primeiro, tem a ver com os quartéis da GNR. É evidente que nós queremos estes serviços a funcionar em condições condignas e neste momento nem o quartel da GNR de Cucujães, nem o de Cesar, oferecem o mínimo de condições para os militares que lá trabalham desempenhar de forma humana as suas funções e que nos envergonham a todos. Evidentemente que eu não perderei de vista, enquanto responsável autárquico, quer um, quer outro, e, portanto, se for primeiro o de Cucujães, não tenho nenhum problema, pelo contrário, mas se for primeiro o de Cesar também não há nenhum problema. Estamos todos de acordo quanto a isso, o Executivo deve estar do lado da solução e não sermos propriamente problema, não há aqui questões partidárias que dividam, políticas, que nos possam dividir. Devemos estar do mesmo lado da solução, reforçar a nossa união de esforços de que temos em vista quer a requalificação

de Cucujães, quer uma solução para o quartel da GNR de Cesar. A outra questão é evidentemente o antigo Centro de Saúde, também já vi aqui muitas discussões acaloradas, noutras circunstâncias, noutros momentos. O que eu posso acrescentar é o seguinte: eu tenho estado a receber e a visitar as diferentes instituições com que a Câmara Municipal tem relações institucionais e uma das pessoas que eu recebi na Câmara Municipal foi o Dr. Miguel Portela e um dos assuntos, como devem imaginar, abordado foi a questão do Centro de Saúde. O dossier é conhecido, há uma série de questões que ainda não foram ultrapassadas. É verdade e eu reafirmo isso, não acho que tenhamos direito de entrar por lá dentro e tomar conta daquilo, porque não é assim que se procede institucionalmente. Se entenderem podemos na próxima reunião fazer um convite ao Dr. Miguel Portela, responsável do ACERS para nos dar um ponto de situação relativamente a esta situação e se há algum sinal de solução. Relativamente à intervenção do Dr. Ricardo Tavares, relativamente à visita dos autarcas e das empresas municipais, dizer que me sinto muito honrado pelo município de Oliveira de Azeméis ser procurado pelos bons exemplos que temos, independentemente de ser também uma ideia do PS em 2009 ou 2013. As boas ideias, seja de quem for, desde que sejam concretizáveis são bem-vindas. Há uma diferença muito grande em ter as ideias e em concretizá-las. Posso-lhe garantir que o nosso município foi procurado por estes autarcas, está a ser solicitado por outros, nomeadamente Viseu, e o sistema que aqui temos é um sistema que foi muito apreciado por estes que cá estiveram, que vai ser aplicado em Lisboa. Sinto-me satisfeito e orgulhoso por ser procurado por outros municípios e outros responsáveis municipais, Presidentes de Câmara, Presidentes de Junta e outras entidades que quiseram vir a Oliveira de Azeméis conhecer o nosso sistema. Deveríamos estar satisfeitos relativamente a esta matéria, pode não ser um sistema perfeito, poderá ser ampliado, com certeza que continuaremos a investir na ampliação do sistema, nas ciclovias e criar um outro conceito de mobilidade em termos da cidade e sobretudo espero que o projeto faça a ligação efetiva, em condições de segurança, com vias apropriadas, nomeadamente entre a cidade e o Parque de La-Salette porque faz todo o sentido e aproxima a cidade do nosso Parque, que é o nosso ex-libris. Relativamente à questão da cobrança das multas de estacionamento, este assunto já está esclarecido. Relativamente àquela que foi a intervenção do Vereador Joaquim Jorge, as reflexões feitas ou a fazer sobre o sistema a implementar evidentemente que poderão ser sempre feitas, podemos discutir sempre o conceito no qual nos revemos do ponto de vista da utilização e da mobilidade sustentável. Não me parece que seja necessário termos aqui uma sessão especial para o efeito. Os projetos estão à vista, há uma parte que está concluída e outras se seguirão e irão complementar esta, com aquele objeto de termos alguns kms, penso que são 17 kms, de ciclovia para permitirmos que haja uma utilização efetiva destas vias e também da promoção da atividade física e desportiva, que é para isso que ela também são criadas. Relativamente à questão das entrevistas, eu não me vou alargar muito, o que está dito está dito. Foram os jornais em causa que já há tempos andavam a solicitar a que eu desse uma entrevista, o que fiz e encerrei o assunto relativamente à questão que era basicamente o plano de intenções e também o plano de que estamos determinados em

concluir o nosso mandato realizando o programa estabelecido, sendo certo que haverá dificuldades, haverá obstáculos. Relativamente ao relatório do Caracas, está entregue e há aqui um conjunto de afirmações que eu nem sequer vou comentar. As organizações, e a Câmara Municipal é uma organização que tem muitos trabalhadores, que tem muitos serviços e os responsáveis máximos pelos serviços têm todo o interesse e todo o empenho de que todos os serviços funcionem bem. Foram detetadas irregularidades, nesse capítulo o relatório não é conclusivo, os procedimentos foram desencadeados e temos que esperar que os procedimentos que se seguem a partir do Ministério Público possam complementar aquilo que não foi conclusivo da nossa parte, pelo menos de quem instruiu o processo e de quem o encerrou. O processo está aí convosco, podem fazer a apreciação que entenderem. Relativamente a outras questões que aqui foram evocadas, nomeadamente os muros, são situações a que não lhe posso responder já. Quanto à Rua do GRA, é uma situação simples, é a colocação da sinalética correta. A questão da faixa amarela na Rua dos Bombeiros, é uma questão que vou mandar analisar. Relativamente às candidaturas que temos aos fundos comunitários, vou mandar elaborar uma relação das candidaturas a decorrer e das já realizadas. A questão do Aviso 557A há aqui uma questão, eu ainda não refleti muito sobre ela, dos veículos elétricos para serviços urbanos, a verdade é que nós temos este serviço concessionado. Faz sentido termos uma viatura de recolha de lixo, ainda que tenha 50% de comparticipação e nós termos que assegurar os outros 50%. Temos de ponderar este assunto. Faz sentido provavelmente para o serviço de espaços verdes, é uma questão que temos que aproveitar porque há algum financiamento e é uma das áreas que tem tido dinâmica e que deve continuar, faz parte da melhoria da qualidade de vida, em termos dos espaços urbanos. Temos de avaliar melhor esta questão. Relativamente à intervenção da Prof.^a Manuela Pinho, a vespa asiática é uma praga, tivemos esta semana uma reunião com os Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis para abordar esta questão, que nos pediram a aquisição de alguns equipamentos necessários e nós vamos proceder a essa aquisição dos equipamentos. Tenho marcada para amanhã uma reunião com os Bombeiros Voluntários de Fajões para abordarmos também esta questão, porque também têm na sua área de jurisdição este problema e até agora só nos solicitaram combustível para queimar os ninhos. Há aqui algumas dificuldades que queremos atenuar, alguns deles têm a ver com a não autorização dos proprietários para a entrada nas suas propriedades. =====

===== Ausentou-se da sala a Vereadora Dra. Ana de Jesus. =====

*===== **ORDEM DO DIA** =====*

===== A Câmara Municipal tomou conhecimento dos seguintes despachos: Atribuição de funções nos/as Senhores/as Vereadores/as, datado de 05.01.2017; Delegação/ Subdelegação de competências nos/as Senhores/as Vereadores/as, datado de 06.01.2017. =====

===== **APROVAÇÃO DE ATAS:** *O Senhor Presidente colocou à votação as atas n.ºs 93 e 94, as quais foram aprovadas por unanimidade.* =====

===== **EDUCAÇÃO** =====

===== **CARNAVAL INFANTIL 2017 – ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO (I/2721/2017):** *Pelo Senhor Presidente Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que este ano será realizado, como tradicionalmente, o Corso de Carnaval Infantil na cidade de Oliveira de Azeméis; - Que o desenvolvimento de atividades destinadas às camadas mais jovens traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos, criando espírito de grupo e vivência mais saudável; - A importância de proporcionar um tempo de lazer, de convívio, fora do contexto escolar; - As atribuições do Município, em matéria de cultura, tempos livres e promoção do desenvolvimento alíneas e), f) e m) do n.º2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; - Que compete à Câmara Municipal, apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa ou outra de interesse para o Município, alínea u), do n.º1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de atividades culturais e consequentemente, de valorização e estímulo de iniciativas e projetos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade na prossecução desses objetivos; - Que o curso envolverá a participação dos alunos das escolas do concelho, bem como de instituições particulares de solidariedade social, proponho: Que seja definida uma comparticipação no valor de 5€ por participante, para fazer face às despesas com aquisição de materiais destinados à execução de fatos e máscaras, comparticipação esta que será calculada em função do número de participantes de cada entidade/ instituição, sendo posteriormente elaborado relatório pela DME a remeter à reunião de Câmara.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, estabelecendo como limite quatro mil participantes e o valor de € 20.000,00.* =====

===== **FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (FAPCOA) – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO (I/3462/2017):** *Pelo Senhor Presidente Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios, designadamente no domínio da Ação Social e Promoção do Desenvolvimento (alíneas h) e m), n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro); - Que compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município – alínea u), n.º1, art.º 33.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - O teor do ofício da FAPCOA, com o n.º E/33956/2016, no qual solicita apoio financeiro para “Projeto de formação e Capacitação Parental”, proponho: - A atribuição de um*

apoio financeiro à FAPCOA, no montante de 5.000,00€ (cinco mil euros), para os identificados fins, ao abrigo das alíneas o) e u) do n.º 1, do art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo em conta o reconhecido interesse público municipal; - Que o pagamento do valor mencionado seja disponibilizado durante o mês de janeiro ano corrente; sendo que os encargos resultantes da presente deliberação serão satisfeitos nas correspondentes classificações orgânica e económica, com compromisso de fundo disponível n.º 828/2017, conforme determina a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro (e posteriores alterações), e Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **CONCURSO DE PRESÉPIOS 2016 – HOMOLOGAÇÃO DA ATA E ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS (I/82724/2016):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. que a Câmara Municipal, através da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, organiza anualmente um concurso concelhio de construção de presépios; 2. que os objetivos subjacentes a este concurso são os de proporcionar uma maior vivência da mensagem natalícia; sensibilizar a comunidade para a tradição da construção do presépio; promover a manifestação artística e a criatividade interinstitucional e individual; criar condições para a fruição literária, científica e artística e para o estímulo crítico reflexivo no município; 3. que, de acordo com as normas da iniciativa, compete à Câmara Municipal a atribuição dos prémios do concurso; 4. as deliberações tomadas pelo Júri do Concurso de Presépios 2016 constantes da ata, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho: - homologação da ata do Júri e a atribuição dos prémios, no valor de 100€ cada. Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromissos de fundo disponíveis os nºs 192, 193 e 827 de 2017, conforme determina a lei nº8/2012 de 21 de fevereiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **COMOSSELA – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO (I/3457/2017):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O teor do ofício de 04 de janeiro do ano corrente da Comossela (E/ 35717/2016), pelo qual solicita participação financeira para apoio na prestação de serviços de apoio Domiciliário, uma vez que não é considerada a situação concreta dos utentes em função do número de serviços e dos dias da semana em que estes são prestados - Que os serviços de apoio, são desenvolvidos por vários tipos de respostas sociais, no âmbito de pessoas idosas; - Que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), são instituições constituídas sem fins lucrativos, por iniciativa privada, e têm por objetivo essencial facultar respostas de ação social, através da concessão de

bens e da prestação de serviços, nomeadamente apoio a crianças, jovens e famílias (Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro); - Que as IPSS's integram a economia social (art.º 4º da Lei n.º 30/2013, de 8 de maio - LBES); - A experiência, missão, competências e capacidade já instalada nestas instituições, designadamente em termos materiais, humanos e de equipamentos; - Que os municípios dispõem de atribuições no domínio da ação social e promoção do desenvolvimento (alínea h) e m) do n.º 2 do art.º 23 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - Que os poderes públicos, no âmbito das suas competências em matéria de políticas de incentivo à economia local, devem, designadamente promover os princípios e os valores da economia social; fomentar a criação de mecanismos que permitam reforçar a autossustentabilidade económico-financeira das entidades da economia social; apoiar a diversidade de iniciativas próprias deste setor; potenciando-se como instrumentos de respostas inovadoras aos desafios que se colocam as necessidades locais; bem como assegurar o princípio da cooperação, considerando nomeadamente, no planeamento e desenvolvimento dos sistemas sociais públicos, a capacidade instalada material, humana e económica das entidades da economia social, bem como os seus níveis de competência técnica e de inserção no tecido económico e social do país (art.º 9º e 10ª da Lei de Bases da Economia Social); - Que se verificam as condições e enquadramento desta resposta social à comunidade sénior, como de relevante interesse municipal e dentro da ação e promoção dos valores e princípios que compete às Autarquias assegurarem e estimularem o fomento da economia social, proponho: Ao abrigo das alíneas o), u) e v) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e com os fundamentos nas disposições acima referidas, seja concedido à COMOSSELA uma comparticipação no valor de € 5.000,00 (cinco mil euros), para apoio à resposta, cuja transferência/pagamento ocorrerá em janeiro do ano corrente, devendo ser entregue relatório da atividade em questão. A esta despesa corresponde o número de compromisso de fundo disponível 829/2017, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PATRIMÓNIO** =====

===== **INCORPORAÇÃO DE SEIS OBRAS/ PINTURAS EM BENEFÍCIO DO INVENTÁRIO MUNICIPAL (I/3416/2017)**; Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando as doações das obras / pinturas que se enumeram: 1 – (MOA-PT-065) “Ferreira de Castro” de Ana Garcia; 2 – (MOA-PT-068) “s/ título” de Mestre Alfredo Silva, doada por Joaquim Santos e Silva; 3 – (MOA-PT-069) “Os Emigrantes” de Francisca Costa; 4 - (MOA-PT-070) “Pôr-do-Sol – Alentejo” de Margarida Costa; 5 - (MOA-PT-071) “Paisagem La Salette” de Regina Affonso; 6 - (MOA-PT-072) “Volúpia” de Luís Rodrigues; Cujas fichas de inventário e respetivas declarações ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: Que a Câmara Municipal delibere, ao

abrigo da alínea j) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, aprovar a incorporação dos referidos bens, a título de doação, em benefício do Inventário Municipal.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **CRIAÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO PARA O ANO 2017 (I/3606/2017):** Pelo Senhor Presidente Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com o disposto no ponto 2.3.4.3 das considerações técnicas do POCAL - Dec. Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, procedimentos estatuidos na norma de Fundos de Maneio aprovado no Plano Global de Gestão de Riscos do MOA e ainda nos termos do art.º 10º do DL n.º 127/2012 de 21 de Junho, remeto para aprovação do Órgão Executivo a constituição dos Fundos de Maneio para o ano 2017, de acordo com os quadros abaixo:

Responsável pelo Fundo	Tipo de Despesa	Orgânica	Classificação Económica	Designação	Valor	CFD	Período de Utilização	Natureza da Despesa
Carlos Alves	0241	020111	02021101	Aquisição de Serviços - Representação dos Serviços	1.500,00 €	797	Mensal	Almoços, Jantares e Alojamentos ocorridos por necessidades de representação da autarquia, por parte do executivo ou entidades que o representem, em receções ou visitas de entidades
Carlos Alves	0111	020111	010204	Alimentação e Alojamento	300,00 €	797	Mensal	Despesas com alimentação e alojamento de membros do Órgão Executivo e funcionários do MOA
Carlos Alves	2237	020111	02012101	Aquisição de Bens Diversos - Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores	200,00 €	797	Mensal	Aquisição de Outros Bens de Natureza Representativa do Município
Ricardo Tavares	0241	020111	02021101	Aquisição de Serviços - Representação dos Serviços	500,00 €	809	Mensal	Almoços, Jantares e Alojamentos ocorridos por necessidades de representação da autarquia, por parte do executivo ou entidades que o representem, em receções ou visitas de entidades
Gracinda Leal	0241	020111	02021101	Aquisição de Serviços - Representação dos Serviços	500,00 €	796	Mensal	Almoços, Jantares e Alojamentos ocorridos por necessidades de representação da autarquia, por parte do executivo ou entidades que o representem, em receções ou visitas de entidades
Gracinda Leal	0404	020123	040802	Transferências Correntes - Famílias	153,15 €	795	Mensal	Transferências Correntes para fazer face a pequenas despesas no âmbito da CPCJ
Pedro Marques	0241	020111	02021101	Aquisição de Serviços - Representação dos Serviços	500,00 €	824	Mensal	Almoços, Jantares e Alojamentos ocorridos por necessidades de representação da autarquia, por parte do executivo ou entidades que o representem, em receções ou visitas de entidades
Pedro Marques	0111	020111	010204	Alimentação e Alojamento	250,00 €	824	Mensal	Despesas com alimentação e alojamento de membros do Órgão Executivo e funcionários do MOA
Manuela Pinho	0241	020111	02021101	Aquisição de Serviços - Representação dos Serviços	500,00 €	814	Mensal	Almoços, Jantares e Alojamentos ocorridos por necessidades de representação da autarquia, por parte do executivo ou entidades que o representem, em receções ou visitas de entidades

Responsável pelo Fundo	Tipo de Despesa	Orgânica	Classificação Económica	Designação	Valor	CFD	Período de Utilização	Natureza da Despesa
Abílio Estrela	0292	020552	02022509	Aquisição de Serviços - Pneus e Câmaras de Ar, Alinhamentos e Equilibragens	300,00 €	811	Mensal	Pneus e Câmaras de Ar
Abílio Estrela	0238	020552	02021001	Aquisição de Serviços - Transportes	250,00 €	811	Mensal	Portagens e Estacionamento
Abílio Estrela	0209 / 0208	020552	020102	Aquisição de Bens - Combustíveis e Lubrificantes	250,00 €	811	Mensal	Gasóleo, Gasolina e Lubrificantes
Abílio Estrela	0724	020552	02012101	Sinalização e Trânsito	500,00 €	811	Mensal	Sinais de Trânsito e Tintas para Pavimentação
Abílio Estrela	0224 / 0229	020552	02020301	Aquisição de Serviços - Conservação e Reparação de Bens	2.000,00 €	811	Mensal	Conservação e Reparação de Edifícios, Outras Construções e Equipamentos do MOA
Abílio Estrela	0215	020552	020117	Aquisição de Bens - Ferramentas e Utensílios	150,00 €	811	Mensal	Ferram.Ut.Desg.Rápido (Pás, Picaretas, Chaves de Fendas, Brocas, etc...)
Catarina Reis	0274	020111	02021701	Publicidade da Câmara Municipal	400,00 €	820	Mensal	Aquisição de Serviços de Publicidade
Catarina Reis	0297	020111	02010801	Material de Escritório	100,00 €	820	Mensal	Aquisição de Material de Escritório
Clara Marques	0225	020125	02020301	Aquisição de Serviços - Conservação e Reparação de Bens	200,00 €	819	Mensal	Conservação e Reparação de Bens dos Edifícios e Equipamentos Desportivos
Clara Marques	0215	020125	020117	Aquisição de Bens - Ferramentas e Utensílios	50,00 €	819	Mensal	Ferram.Ut.Desg.Rápido (Pás, Picaretas, Chaves de Fendas, Brocas, etc...)
Clara Marques	2295	020125	02012101	Outros Bens da Câmara Municipal	50,00 €	819	Mensal	Aquisição de Produtos de Alimentação e Bebidas
Clara Marques	0296	020125	020104	Aquisição de Bens - Limpeza e Higiene	50,00 €	819	Mensal	Produtos de Higiene e Limpeza
Claudia Matos	0277	020111	02022503	Aquisição de Serviços - Refeições e Alojamentos Pagos a Terceiros	150,00 €	822	Mensal	Almoços, Lanches, Porto de Honra, Jantares e Alojamentos pagos a não funcionários
Cristina Martins	2237 / 0285	020125	02012101	Aquisição de Bens Diversos - Centro Lúdico	115,00 €	805	Mensal	Materiais de reduzido valor, incluindo jornais e revistas, destinados a iniciativas desenvolvidas no âmbito do Centro Lúdico
Cristina Martins	0224 / 0230	020125	02020301	Aquisição de Serviços - Conservação e Reparação de Bens	100,00 €	805	Mensal	Conservação e Reparação de Bens
Cristina Martins	2306	020125	02012101	Outros Bens da Câmara Municipal	60,00 €	805	Mensal	Aquisição de Produtos de Alimentação e Bebidas
Cristina Silva	2236	020124	020120	Material de Educação, Cultura e Recreio	500,00 €	815	Mensal	Jogos, material didáctico, papel, cola, lápis, esferográficas, réguas, esquadros, fotocópias e outros materiais de reduzido valor e de natureza idêntica para as escolas

Responsável pelo Fundo	Tipo de Despesa	Orgânica	Classificação Económica	Designação	Valor	CFD	Período de Utilização	Natureza da Despesa
Dores Costa	0231	020444	02020901	Aquisição de Serviços - Comunicações	60,00 €	808	Mensal	Gastos Postais, Telefone, Telemóvel, etc
Doroiteia Sá	0277	020111	02022503	Aquisição de Serviços - Refeições e Alojamentos Pagos a Terceiros	200,00 €	818	Mensal	Almoços, Lanches, Porto de Honra, Jantares e Alojamentos pagos a não funcionários
Emília Marques	0224 / 0230	020117	02020301	Aquisição de Bens e Serviços - Conservação e Reparação de Bens	25,00 €	807	Mensal	Conservação e Reparação de Bens
Emília Marques	0110	020117	020107	Despesas com o Pessoal - Vestuário e Artigos Pessoais	100,00 €	807	Mensal	Vestuário e Artigos Pessoais
Fátima Henriques	0296	020124	020104	Aquisição de Bens - Limpeza e Higiene	500,00 €	816	Mensal	Produtos de Higiene e Limpeza
Helder Brás	0602	020444	06020305	Outras Despesas Correntes - Diversas	400,00 €	806	Mensal	Despesas com Contencioso e Notariado
Jorge Melo	0216	020111	02011501	Aquisição de Bens - Artigos para Oferta	100,00 €	812	Mensal	Artigos destinados a serem oferecidos em iniciativas camarárias
Jorge Melo	2237	020111	02012101	Aquisição de Bens Diversos	50,00 €	812	Mensal	Aquisição de Outros Bens de Natureza Representativa do Município
Luís Arede	2277 / 2278	020552	020112	Material de Transporte - Peças	1.500,00	823	Mensal	Peças Para Viaturas e Máquinas
Luís Arede	2292	020552	0202250201	Rendas e Alugueres	400,00 €	823	Mensal	Aluguer de Maquinaria
Mário Jorge	0294	020122	02012101	Aquisição de Bens - Diversos	250,00 €	810	Mensal	Plantas, Flores, Relva, Herbicida, etc...
Mário Jorge	0215	020122	020117	Aquisição de Bens - Ferramentas e Utensílios	150,00 €	810	Mensal	Ferram.Ut.Desg.Rápido (Pás, Picaretas, Chaves de Fendas, Brocas, etc...)
Mário Jorge	0227	020122	02020301	Aquisição de Serviços - Conservação e Reparação de Bens	650,00 €	810	Mensal	Conservação e Reparação de Bens
Marta Mota	2236	020125	020120	Material de Educação, Cultura e Recreio	100,00 €	825	Mensal	Aquisição de material Didático e Pedagógico, destinado a atividades desenvolvidas pela BMFC e consumidos totalmente nessas atividades (indicar o evento e ou atividade)
Marta Mota	0224 / 0230	020125	02020301	Aquisição de Bens e Serviços - Conservação e Reparação de Bens	100,00 €	825	Mensal	Conservação e Reparação do Edifício e outros bens pertencentes à BMFC
Marta Mota	0204	020125	02012101	Aquisição de Bens Duradouros	100,00 €	825	Mensal	Aquisição de livros, multimédia, jogos e outros bens a incluir no Ativo Imobilizado do MOA

Responsável pelo Fundo	Tipo de Despesa	Orgânica	Classificação Económica	Designação	Valor	CFD	Período de Utilização	Natureza da Despesa
Nuno Tavares	0230 / 0224	020124	02020301	Aquisição de Serviços - Conservação e Reparação de Bens	2.500,00	817	Mensal	Conservação e Reparação de Eletrodomésticos e outro Equipamento Elétrico e Eletrónico das Escolas (Aspiradores, Aquecedores, Termoventiladores, Desumidificadores, Alarmes, etc...) e outras conservações e reparações nos Edifícios Escolares
Nuno Tavares	0204	020124	02012101	Aquisição de Bens Duradouros	400,00	817	Mensal	Aquisição de Equipamento a incluir no Património do Município - Bens do Ativo Imobilizado
Pedro Costa	0216	020125	02011501	Aquisição de Bens - Artigos para Oferta	100,00	813	Mensal	Artigos destinados a serem oferecidos em iniciativas camarárias
Pedro Santos	0228	020121	02020301	Aquisição de Serviços - Conservação e Reparação de Bens	1.000,00	821	Mensal	Conservação e Reparação de Equipamento Informático e Outros Equipamentos Elétricos das Escolas
Pedro Santos	0276	020121	020220	Outros Trabalhos Especializados	100,00	821	Mensal	Aquisição de Serviços Especializados na Área da Informática e novas Tecnologias
Pedro Santos	0201	020121	02010801	Aquisição de Bens Duradouros	500,00	821	Mensal	Aquisição de Equipamento Informático e Administrativo a incluir no Património do Município - Bens do Ativo Imobilizado

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com três abstenções dos Vereadores do PS, quatro votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES** =====

===== **SINALIZAÇÃO VERTICAL NA RUA DA ESPINHEIRA, FREGUESIA DE S. MARTINHO DA GÂNDARA (I/3471/2017):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art.º 33.º, n.º 1, alínea rr); - Informar a existência de cruzamentos / entroncamentos para evitar ultrapassagens perigosas. Proponho: a. Que seja aprovado a colocação de dois sinais B8 – (Cruzamento com via sem prioridade), na Rua da Espinheira, um de cada lado perto do cruzamento com a Rua Manuel José da Silva e Rua dos Bajuncos, em S. Martinho da Gândara. b. Que seja aprovado a colocação dos sinais B9a e B9b – (Entroncamento com via sem prioridade), na Rua da Espinheira, um de cada lado perto do

entroncamento com a Rua da Foga, em S. Martinho da Gândara. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, remetendo-a à Assembleia Municipal para a competente aprovação. =====

===== **Entrou na sala a Vereadora Dra. Ana de Jesus.** =====

===== **HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO** =====

===== **ALTERAÇÃO AO TRACADO DA VIA DO SUDOESTE, APROVADO EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 19/11/2015 (I/3364/2017):** Retirado para melhor análise. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PI/6938/2016 (I/403/2017) – ANTÓNIO FONSECA PIRES – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADE,** casado, residente na Rua do Fundo da Quinta, n.º 189, Palmaz, União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, deste município, na qualidade de cabeça de casal na herança aberta por óbito de Joaquina Marques da Fonseca, requer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de compropriedade dos seguintes prédios rústicos: **1-** Cultura de sequeiro, 50 cepas, sito no lugar da Quinta, Palmaz, União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, deste município, com a área de 810m², a confrontar de norte com caminho, de sul com Manuel Marques Dias, de nascente com Júlio Silva Santos e de poente com António da Silva, inscrito na matriz predial rústica sob o número 1230 da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz (artigo 650 da extinta freguesia de Palmaz) e omissa na competente Conservatória de Registo Predial; **2-** Cultura de sequeiro e ramada, sito no lugar da Quinta, Palmaz, União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, deste município, com a área de 670m², a confrontar de norte com Caetano da Silva, de sul com caminho, de nascente com Manuel de Oliveira e de poente com António Pires, inscrito na matriz predial rústica sob o número 1093 da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz (artigo 597 da extinta freguesia de Palmaz) e omissa na competente Conservatória de Registo Predial; **3-** Cultura de sequeiro, ramada e pinhal, com um barracão destinado a arrumo de alfaias agrícolas, sito no lugar da Quinta, Palmaz, União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, deste município, com a área de 4500m², a confrontar de norte com caminho, de sul com estrada, de nascente com Manuel Alves Martins e de poente com Manuel Marques Dias, inscrito na matriz predial rústica sob o número 1130 da União de

Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz (artigo 610 da extinta freguesia de Palmaz) e omissa na competente Conservatória de Registo Predial; 4- Cultura de sequeiro, ramada e 120 oliveiras, sito no lugar da Quinta, Palmaz, União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, deste município, com a área de 1853m², a confrontar de norte e nascente com Rua do Sol Nascente, de sul com Maria Amélia Pereira Silva Marques e de poente com Dr. Fernando de Oliveira e Silva, inscrito na matriz predial rústica sob o número 1189 da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz (artigo 631 da extinta freguesia de Palmaz) e omissa na competente Conservatória de Registo Predial; 5- Cultura de sequeiro, 200 cepas e 3 laranjeiras, sito no lugar da Quinta, Palmaz, União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, deste município, com a área de 1616m², a confrontar de norte com Travessa da Quinta, de sul com Rua Fundo da Quinta, de nascente com António Pires Pintor e de poente com Rua do Sol Nascente e Rua da Quinta, inscrito na matriz predial rústica sob o número 1190 da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz (artigo 632 da extinta freguesia de Palmaz) e omissa na competente Conservatória de Registo Predial. A certidão destina-se à outorga de escritura Notarial de Habilitação e Partilha, sendo que: Os prédios identificados sob os n.ºs 1 (art.º 1230) e 2 (art.º 1093), serão adjudicados aos herdeiros de Isaura Jesus Pires, nas seguintes proporções: 1/3 Maria de Fátima Pires Gonçalves Coelho; 1/3 Maria Helena Pires Gonçalves; 1/3 Maria Margarida Pires Gonçalves Henriques. O prédio identificado sob o n.º 3 (art.º 1130), será adjudicado nas seguintes proporções: 600/800 António Fonseca Pires; 200/800 Herdeiros de Maria da Fonseca Pires Marques (125/800 Adelino Silva Marques; 15/800 Domingos José Pires Marques; 15/800 Manuel Pires Marques; 15/800 Fernando Manuel Pires Marques; 15/800 Maria Helena Pires Marques Silva; 15/800 António Pires Marques). O prédio identificado sob o n.º 4 (art.º 1189), será adjudicado nas seguintes proporções: ½ Domingos Álvaro Fonseca Pires, ½ Manuel Álvaro Fonseca Pires. O prédio identificado sob o n.º 5 (art.º 1190), será adjudicado nas seguintes proporções: 40/80 António Fonseca Pires; 40/80 Herdeiros de Maria da Fonseca Pires Marques (25/80 Adelino Silva Marques; 3/80 Domingos José Pires Marques; 3/80 Manuel Pires Marques; 3/80 Fernando Manuel Pires Marques; 3/80 Maria Helena Pires Marques Silva; 3/80 António Pires Marques). Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====

===== PI/12/2017 – ACÚSTICA MÉDICA – ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS PELA OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

(I/1652/2017): *Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: "Reunião de Câmara para ratificação do meu despacho, de 09/01/2017, que se transcreve: "Defere-se o pedido de autorização de ocupação do espaço público com unidade móvel de rastreio auditivo, face ao parecer favorável da Junta de Freguesia, com isenção do pagamento de taxas por se tratar de uma iniciativa de interesse público. Elabore-se proposta de ratificação*

desta minha decisão de isenção, na próxima reunião de câmara.”” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PI/6949/2016 – ISRAEL MODESTO CORREIA – ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS PELA OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – PARQUE ABÍLIO CAMPOS (I/2999/2017):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a proposta de compensação do pagamento da taxa de ocupação do espaço público com circo, no valor aproximado de 900€, com a oferta de 3600 bilhetes grátis para crianças até aos 10 anos de idade, - que estes bilhetes já foram entregues pelo requerente e encaminhados para a sua distribuição pelas escolas, através do gabinete de educação, - que o circo é um entretenimento de diversão para as pessoas do nosso concelho e outros vizinhos, proponho a aprovação da isenção do pagamento da taxa devida em compensação pelos bilhetes oferecidos gratuitamente às crianças.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PI/960/2015 – AVELINA EMÍLIA QUEIRÓS DA COSTA PINHO – ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS RELATIVAS À LEGALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL (I/3268/2017):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando o teor da declaração emitida pela Junta de Freguesia de Cesar, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se a aprovação do pedido de isenção de taxas no valor de 2.304,17€, pela compensação de cedência de terreno ao domínio público para alargamento de vias. Esta proposta deverá ser remetida para aprovação da Assembleia Municipal.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PI/3819/2016 – CARLOS DE SOUSA MARTINS PARENTE – APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO FRONTAL (I/3347/2017):** Retirado para melhor análise. =====

===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

=====*E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 12h45m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,*
, na qualidade de secretária a redigi. =====